
***Concessionária das
Rodovias Ayrton
Senna e Carvalho
Pinto S.A. - Ecopistas***

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021
e relatório do auditor independente***

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e
Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio (Nota 3(f) e 22)

A receita da Companhia é gerada por um grande volume de transações de baixo valor individual, decorrente de passagem de usuários pelas praças de pedágio da rodovia administrada pela Companhia. Essas transações são controladas por sistema de passagem próprio que são posteriormente sumariadas e inseridas nos sistemas financeiro e contábil da Companhia. Os valores das tarifas de pedágio são pactuados e reajustados anualmente baseados no contrato de concessão.

Essa área foi considerada como umas das principais em nossa auditoria em virtude da relevância da receita de arrecadação de pedágio, do grande volume de transações em distintas praças de pedágio, bem como dos processos que suportam o reconhecimento da receita.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento da receita de arrecadação de pedágios, bem como para a inserção das informações do sistema de passagem nos sistemas financeiro e contábil.

Efetuamos testes de reconciliação entre a receita gerada pelo sistema de passagem durante o exercício e os sistemas financeiro e contábil, bem como com os registros fiscais da Companhia.

Em base amostral, recalculamos o valor da receita por meio de comparação do valor da tarifa de pedágio divulgada no Diário Oficial da União, com o valor efetivamente cobrado pela Companhia.

Os resultados desses procedimentos nos proporcionaram uma base razoável de reconhecimento de receita e estão consistentes com as informações incluídas nas demonstrações financeiras.

Redução ao valor recuperável do ativo intangível - contratos de concessão (Notas 3(b) e 11)

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia tem registrado em seu ativo intangível o montante de R\$ 1.463.879 mil referente ao valor contábil dos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com o contrato de concessão. Esses investimentos possuem expectativa de recuperação ao longo da concessão, baseada no recebimento de pedágio por parte dos usuários.

A capacidade de recuperação desse ativo é avaliada com base em projeções descontadas a valor presente dos fluxos de caixa futuros, com alto grau

Entre outros procedimentos, efetuamos o entendimento dos controles internos relevantes para a determinação do valor recuperável, incluindo a definição e revisão das premissas relevantes adotadas pela administração.

Adicionalmente, testamos, com o apoio de nossos especialistas internos, a consistência das informações e principais premissas utilizadas pela administração da Companhia, incluindo as projeções de crescimento dos fluxos de tráfego, os ajustes tarifários a estimativa de investimentos e a

Porque é um PAA

de julgamento em relação às estimativas e premissas consideradas pela administração que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Entre as premissas que mais impactam o valor recuperável constam as perspectivas de crescimento, os ajustes tarifários, a estimativa de investimentos e a taxa de desconto utilizada. Variações nesses julgamentos e premissas podem trazer impactos relevantes nas referidas estimativas e, conseqüentemente, nas demonstrações financeiras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

taxa de desconto, mediante comparação com o orçamento elaborado pela administração e informações e dados públicos e internos.

Avaliamos a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos contratados pela administração para apoio na determinação dos fluxos de tráfego.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e
Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de



Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e
Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 14 de março de 2022


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Orlando
Contador CRC 1SP217518/O-7

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	65.488	28.233	Fornecedores		8.349	6.013
Aplicações financeiras	6	4.130	954	Empréstimos e financiamentos	13	13.063	23.792
Aplicações financeiras - conta reserva	7	47.863	43.068	Debêntures	14	106.582	144.679
Clientes	8	21.686	16.904	Arrendamentos a pagar	15	2.358	688
Tributos a recuperar		-	522	Impostos, taxas e contribuições a recolher		5.182	4.224
Despesas antecipadas		710	655	Obrigações sociais e trabalhistas		3.886	3.490
Partes relacionadas	16	-	47	Partes relacionadas	16	4.961	27.472
Outros créditos		<u>7.986</u>	<u>345</u>	Obrigações com Poder Concedente	19	507	442
Total do ativo circulante		<u>147.863</u>	<u>90.728</u>	Provisão para imposto de renda e contribuição social	12.c)	861	-
				Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	21	12.224	8.136
NÃO CIRCULANTE				Provisão para manutenção	17	22.326	36.569
Tributos diferidos	12.a)	-	2.489	Provisão para construção de obras	18	4.242	337
Depósitos judiciais	9	26.061	26.668	Outras contas a pagar		<u>705</u>	<u>1.000</u>
Imobilizado	10	15.263	9.308	Total do passivo circulante		<u>185.246</u>	<u>256.842</u>
Intangível	11	<u>1.468.627</u>	<u>1.438.030</u>	NÃO CIRCULANTE			
Total do ativo não circulante		<u>1.509.951</u>	<u>1.476.495</u>	Empréstimos e financiamentos	13	19.490	30.506
				Debêntures	14	384.900	456.410
				Arrendamentos a pagar	15	12	176
				Partes relacionadas	16	163.597	156.172
				Tributos diferidos	12.a)	4.653	-
				Provisão para perdas cíveis e trabalhistas	20	22.218	5.339
				Provisão para manutenção	17	25.409	35.519
				Provisão para construção de obras	18	-	4.062
				Outras contas a pagar		<u>5.037</u>	<u>4.514</u>
				Total do passivo não circulante		<u>625.316</u>	<u>692.698</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	21.a)	687.665	500.165
				Reserva de lucros - legal	21.b)	15.338	12.579
				Reserva de lucros - orçamento de capital	21.c)	143.763	104.453
				Reserva de capital - plano de opção com base em ações		<u>486</u>	<u>486</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>847.252</u>	<u>617.683</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>1.657.814</u>	<u>1.567.223</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>1.657.814</u>	<u>1.567.223</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico/diluído por ação)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
RECEITA LÍQUIDA	22	364.229	296.763
Custo dos serviços prestados	23	(192.789)	(157.448)
LUCRO BRUTO		<u>171.440</u>	<u>139.315</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	23	(22.884)	(20.643)
Outras receitas (despesas), líquidas		19	17
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>148.575</u>	<u>118.689</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	24	3.407	2.780
Despesas financeiras	24	(71.913)	(67.107)
		<u>(68.506)</u>	<u>(64.327)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>80.069</u>	<u>54.362</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	12.b)	(17.755)	(15.584)
Diferidos	12.a)	(7.142)	(458)
		<u>(24.897)</u>	<u>(16.042)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>55.172</u>	<u>38.320</u>
LUCRO POR AÇÃO (EM R\$) - BÁSICO E DILUÍDO	25.a)	<u>0,09438</u>	<u>0,08</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	55.172	38.320
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>55.172</u>	<u>38.320</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Capital social Subscrito	Reserva de capital Plano de opção com base em ações	Reserva de lucros Legal	Reserva de lucros Orçamento de Capital	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	<u>496.455</u>	<u>486</u>	<u>10.663</u>	<u>82.405</u>	-	<u>590.009</u>
Capitalização de orçamento de capital	3.710	-	-	(3.710)	-	-
Dividendos pagos (R\$0,003 por ação)	-	-	-	(1.545)	-	(1.545)
Lucro líquido do período					38.320	38.320
Destinação do lucro:						-
Reserva legal	-	-	1.916	-	(1.916)	-
Juros sobre capital próprio (R\$0,01 por ação)	-	-	-	-	(6.435)	(6.435)
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$0,01 por ação)	-	-	-	-	(2.666)	(2.666)
Constituição de reserva - orçamento de capital	-	-	-	27.303	(27.303)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	<u>500.165</u>	<u>486</u>	<u>12.579</u>	<u>104.453</u>	-	<u>617.683</u>
Aumento de capital	187.500	-	-	-	-	187.500
Lucro líquido do período	-	-	-	-	55.172	55.172
Destinação do lucro:						-
Reserva legal	-	-	2.759	-	(2.759)	-
Juros sobre capital próprio (R\$0,01 por ação)	-	-	-	-	(5.862)	(5.862)
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$0,01 por ação)	-	-	-	-	(7.241)	(7.241)
Constituição de reserva - orçamento de capital	-	-	-	39.310	(39.310)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	<u>687.665</u>	<u>486</u>	<u>15.338</u>	<u>143.763</u>	-	<u>847.252</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
RECEITAS		
Com arrecadação de pedágio	325.757	276.900
Com construção	55.659	33.730
Outras receitas	<u>12.095</u>	<u>11.079</u>
	<u>393.511</u>	<u>321.709</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custo dos serviços prestados	(122.093)	(104.041)
Materiais, energia e serviços de terceiros	(17.105)	(15.776)
Outros	-	-
	<u>(139.198)</u>	<u>(119.817)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>254.313</u>	<u>201.892</u>
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(47.873)	(33.297)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	<u>206.440</u>	<u>168.595</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	3.407	2.780
Outras	(52)	(38)
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>209.795</u>	<u>171.337</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>209.795</u>	<u>171.337</u>
Pessoal	<u>28.271</u>	<u>24.524</u>
Remuneração direta	20.237	17.307
Benefícios	6.926	6.255
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	1.108	962
Impostos, taxas e contribuições	<u>54.108</u>	<u>40.933</u>
Federais	37.229	26.553
Municipais	16.879	14.380
Remuneração de capitais de terceiros	<u>72.244</u>	<u>67.560</u>
Juros	41.417	44.291
Aluguéis	331	453
Outros efeitos financeiros	30.496	22.816
Remuneração de capitais próprios	<u>55.172</u>	<u>38.320</u>
Juros sobre capital próprio pagos	5.862	6.435
Constituição reserva legal	2.759	1.916
Constituição de reserva - Orçamento de capital	39.310	27.303
Dividendos mínimos obrigatórios	7.241	2.666

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do período	55.172	38.320
Ajustes para reconciliar o lucro líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	47.873	33.297
Perda/Baixa do ativo imobilizado e intangível	5.966	140
Capitalização de Juros	(1.961)	(696)
Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	54.821	52.971
Provisão para perdas cíveis e trabalhistas	19.494	1.066
Atualização monetária de provisão para perdas cíveis e trabalhistas	1.310	599
Provisão para manutenção	6.527	20.841
Atualização de provisão para manutenção e construção de obras	8.537	7.711
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	67	(96)
Obrigações com Poder Concedente	5.068	4.320
Atualização monetária dos depósitos judiciais	(24)	(26)
Tributos diferidos	7.142	458
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	17.755	15.584
Receita sobre aplicações financeiras - conta reserva	(2.035)	(1.041)
Juros passivos - mútuos	8.735	6.034
Variação nos ativos operacionais:		
Clientes	(4.849)	209
Partes relacionadas - clientes	47	45
Tributos a recuperar	522	(67)
Despesas antecipadas	(55)	194
Depósitos judiciais	631	(4)
Outros créditos	(7.641)	519
Variação nos passivos operacionais:		
Fornecedores	2.336	900
Obrigações sociais e trabalhistas	396	766
Partes relacionadas - fornecedores	(22.511)	24.929
Impostos, taxas e contribuições a recolher	958	817
Pagamento de provisão para perdas cíveis e trabalhistas	(3.925)	(1.527)
Pagamento de provisão para manutenção e construção de obras	(39.686)	(35.885)
Pagamento de Obrigações com Poder Concedente	(5.003)	(4.338)
Outras contas a pagar	228	905
Imposto de renda e contribuição social pagos	(16.894)	(23.578)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>139.001</u>	<u>143.367</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de imobilizado	(9.133)	(1.870)
Aquisição de intangível	(75.896)	(34.301)
Aplicações financeiras	(3.176)	7.403
Aplicações financeiras - conta reserva	(2.760)	(3.059)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(90.965)</u>	<u>(31.827)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio pagos	(9.015)	(9.350)
Pagamento de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	(102.972)	(103.602)
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	(84.984)	(64.881)
Partes relacionadas - mútuo	(1.310)	(905)
Aporte de capital	187.500	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(10.781)</u>	<u>(178.738)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>37.255</u>	<u>(67.198)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	28.233	95.431
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	65.488	28.233
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>37.255</u>	<u>(67.198)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

Senhores Acionistas

A Administração da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. ("Ecopistas" ou "Companhia"), em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Mensagem da Administração

Sempre atenta às necessidades operacionais e à segurança viária, a Ecopistas, constituída em 27 de abril de 2009, concessionária que administra o conjunto de pistas de rolamento do corredor rodoviário Ayrton Senna e Carvalho Pinto, atua com foco na qualidade e na eficiência dos serviços prestados, fruto de um planejamento estratégico preciso e rigoroso, desenvolvido pelo grupo Ecorodovias.

Ao longo de mais de dez anos de administração, a concessionária alcançou resultados expressivos com a implementação de uma série de melhorias no corredor rodoviário. Dentre elas, destacamos a construção da sexta faixa de rolamento da rodovia Ayrton Senna, no sentido do interior, entre o km 11 e o km 19, concluída em 2015. A nova configuração proporcionou o aumento da capacidade de tráfego e garantiu mais fluidez e conforto aos motoristas que têm como destino, principalmente, o Aeroporto Internacional de Guarulhos. Destacamos também, com objetivo de proporcionar maior mobilidade e acesso ao litoral norte paulista, à região do vale do Paraíba e ao estado do Rio de Janeiro, a implantação do prolongamento da rodovia Carvalho Pinto, que permitiu acesso direto para a rodovia Oswaldo Cruz (SP-125).

Ainda, como referência no setor de rodovias, o corredor Ayrton Senna/Carvalho Pinto foi eleito em 2019 o 3ª melhor do país, de acordo com a pesquisa da Confederação Nacional dos Transportes (CNT) sobre Rodovias.

A companhia ressalta que as conquistas alcançadas são resultado do empenho e comprometimento de seus colaboradores, aos quais agradece. Além deles, a Ecopistas agradece a confiança dos seus acionistas, usuários, fornecedores, órgãos reguladores e demais parceiros.

PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Essas principais práticas contábeis estão apresentadas nas Demonstrações Financeiras.

RESULTADOS OPERACIONAIS

O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 82.079 mil em 2021, aumento de 11,8% em relação a 2020. O tráfego de veículos leves apresentou aumento de 12,0% devido à flexibilização das medidas de isolamento social adotadas por Estados e Municípios no combate ao Covid-19. O tráfego de veículos pesados apresentou aumento de 11,5% influenciado pela retomada da produção industrial.

Em junho de 2020, foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo a postergação, em 4 meses, da atualização contratual anual das tarifas de pedágio para as rodovias estaduais paulistas que estava prevista para ser aplicada em 01 de julho, incluindo a Ecopistas. Em 30 de outubro, foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo a aprovação do reajuste das tarifas de pedágio com aumento de 1,9% referente a variação do IPC-A, que passou a vigorar a partir de 01 de dezembro de 2020.

Em julho de 2021, foi aplicado o reajuste das tarifas de pedágio da Ecopistas com aumento de 8,1% em função da variação do IPC-A.

RESULTADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

RECEITA BRUTA

A receita bruta totalizou R\$393,5 milhões em 2021, aumento de 22,3% em relação ao ano anterior, devido, principalmente ao crescimento do tráfego de veículos, reajuste tarifário e aumento nas receitas de construção. As deduções sobre a receita bruta somaram R\$29,3 milhões, 17,4% superior a 2020.

Receita de Pedágio: R\$325,8 milhões em 2021, aumento de 17,6%, devido ao crescimento do volume de tráfego de veículos em função da flexibilização das medidas de isolamento social.

Receita Acessória: R\$12,1 milhões em 2021, aumento de 9,2%, em função dos contratos de receita com fibra ótica.

Receita de Construção: R\$55,7 milhões em 2021, aumento de 65,0%, devido às obras contratuais realizadas no período.

Para mais informações sobre a receita bruta, vide Nota Explicativa nº 22 da Demonstração Financeira da Companhia.

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida atingiu R\$364,2 milhões em 2021. Excluindo a receita de construção, a receita líquida ajustada totalizou R\$308,6 milhões, aumento de 17,3% em relação a 2020.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$215,7 milhões em 2021, aumento de 21,1% em relação a 2020. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção e depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$105,6 milhões, aumento de 17,1%. As principais variações foram:

Pessoal: R\$28,3 milhões em 2021, aumento de R\$3,7 milhões (+15,3%), devido principalmente, ao reajuste salarial anual, aumento nos custos com transporte devido ao retorno das atividades presenciais. Adicionalmente, o crescimento deve-se ao acordo com a adesão à Lei nº 14.020/2020 em que houve redução salarial e jornada de trabalho nos meses de maio e junho de 2020.

Conservação e Manutenção: R\$8,6 milhões em 2021, aumento de R\$1,5 milhões, em função principalmente dos custos com serviços de limpeza manual e materiais de conservação.

Serviços de terceiros: R\$50,0 milhões em 2021, aumento de R\$ 5,5 milhões (+12,3%), incremento devido, principalmente, aos serviços de consultorias administrativas, financeiras, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de compras corporativas e de engenharia prestados pela ECS.

Seguros, Poder Concedente e Locações: R\$6,8 milhões em 2021, aumento de 11,3%, em função do aumento da parcela variável ao Poder Concedente devido ao maior volume de tráfego de veículos.

Outros: R\$12,0 milhões em 2021, aumento de R\$3,9 milhões (+49,2%), impactado pelo registro de provisões para pagamento de multas ao órgão regulador.

Depreciação e Amortização: R\$47,9 milhões em 2021, aumento de 43,8%, devido à atualização da curva de tráfego para amortização dos ativos intangíveis.

Provisão para manutenção: R\$6,5 milhões em 2021, redução de 68,7%, devido a adequação do cronograma de obras.

Custo de construção de obras: R\$55,7 milhões em 2021, aumento de 65,0%, em função do cronograma de obras do período.

Para mais informações sobre os custos operacionais e despesas administrativas, vide Nota Explicativa nº 23 da Demonstração Financeira da Companhia.

EBITDA E MARGEM EBITDA

Em 2021, o EBITDA totalizou R\$196,4 milhões. O EBITDA ajustado, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$203,0 milhões, aumento 17,4% em relação a 2020 e margem EBITDA Ajustada de 65,8%.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$68,5 milhões, aumento de 6,5% em relação ao ano anterior, impactado principalmente pela variação monetárias sobre as debêntures atualizada pelo IPC-A.

Para mais informações sobre o resultado financeiro, vide Nota Explicativa nº 24 da Demonstração Financeira.

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Em 2021, a Ecopistas apresentou lucro líquido de R\$55,2 milhões, aumento de 44,0% em relação ao resultado de 2020.

DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO

A Ecopistas encerrou o exercício de 2021 com saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo no valor de R\$117,5 milhões e dívida bruta, composta de empréstimos e financiamentos e debêntures, no valor de R\$524,0 milhões, sendo 77,0% dos vencimentos no longo prazo. A dívida com Poder Concedente era de R\$0,5 milhão e de Arrendamentos de R\$2,4 milhões.

A dívida líquida encerrou o exercício em R\$406,6 milhões com o indicador de Dívida Líquida/EBITDA Ajustado em 2,0x.

Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide Notas Explicativas nº 13, 14 e 15 da Demonstração Financeira da Companhia.

CAPEX

O *capex* realizado pela Companhia totalizou R\$126,7 milhões em 2021 referente, principalmente, às obras de manutenção e conservação de pavimento.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

As informações sobre Governança Corporativa, Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental estão disponíveis no Relatório de Administração da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., no site www.ecorodovias.com.br/ri.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2021: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*). Os honorários relativos ao exercício de 2021 totalizaram R\$125,8 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria independente.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A., declara, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião

expressos no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras do exercício social findo em dezembro de 2021.

Itaquaquecetuba, 14 de março de 2022.

A Administração

**Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480,
de 07 de dezembro de 2009**

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, abaixo indicados, declaram que:

Após exame das demonstrações financeiras da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, bem como o relatório sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

Itaquaquecetuba – SP, 14 de março de 2022.

Rui Juarez Klein

Diretor Presidente

Luciano Louzane

Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas ("Ecopistas" ou "Companhia"), é uma Sociedade de Propósito Específico, foi constituída em 27 de abril de 2009, e tem por objeto social realizar, sob regime de concessão, a exploração, mediante a percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do Contrato de Concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna/Carvalho Pinto, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos. O Contrato de Concessão, com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, assinado em 17 de junho de 2009, possui prazo final em 18 de junho de 2039. As demais informações acerca do Contrato de Concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 19.a). A sede da Companhia fica localizada na Rodovia Ayrton Senna, km 32, Pista Oeste, Bairro Rio Abaixo, no município de Itaquaquecetuba – SP. As ações da Companhia não são negociadas em Bolsa de Valores.

Em 09 de março de 2022, o Comitê de Auditoria da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., analisou e se manifestou favoravelmente a estas Demonstrações Financeiras e seu Conselho de Administração as aprovou em 10 de março de 2022.

a) IMPACTOS COVID-19

A Administração da Companhia monitora de maneira contínua a evolução da pandemia da COVID-19, atuando para minimizar impactos nas suas operações e na sua posição patrimonial e financeira implementando medidas apropriadas para garantir a continuidade das operações, proteger o caixa, melhorar a liquidez e promover a saúde e a segurança de todos.

As ações e decisões são constantemente analisadas pela Administração e pelos comitês, de acordo com a evolução dos cenários globais.

Na data base de 31 de dezembro de 2021 a Companhia realizou o teste de *impairment* (vide Nota Explicativa nº 11) e as administrações não identificaram impacto nos resultados. Adicionalmente, a administração não identificou outros potenciais efeitos nas demonstrações financeiras.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia, foram preparadas conforme as práticas adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos

derivativos), propriedades para investimento, bem como os ativos dos planos de pensão, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamentos por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 4.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional").

As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados e para as demonstrações financeiras individuais da Companhia.

a) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e quando as mesmas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e

- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluída na rubrica "Receitas financeiras" (vide Nota Explicativa nº 24).

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

O Contrato de Concessão da Companhia é de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Conseqüentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de *impairment* descritos na Nota Explicativa nº 11, a Administração da Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual.

c) Provisões gerais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras

tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

e) Custos de empréstimos, financiamentos e debêntures

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos, financiamentos e debêntures são registrados em despesa no período em que são incorridos.

f) Receitas oriundas das cobranças de pedágio ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão. Os valores das tarifas são pactuados e reajustados anualmente baseados no Contrato de Concessão.

A Companhia reconhece a receita quando o valor puder ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

A Companhia possui sistema próprio de controle de passagens e faz o referido controle por transação, cabine e praça de pedágio. Devido ao alto volume de trânsitos na rodovia administrada pela Companhia, a contabilização da receita é feita da seguinte maneira: (i) pedágio por equipamento eletrônico (AVI): no encerramento do mês, após a conciliação com as operadoras de cobrança eletrônica, por dia, por praça e por operadora; (ii) pedágio em numerário: diariamente, através dos depósitos de numerário (bolsas), nos cofres inteligentes e conciliados posteriormente com o recolhimento da transportadora de valores; (iii) vale pedágio: diariamente, a partir da conferência dos valores de cupons declarados pelos operadores no momento da liquidação; e (iv) cartões: diariamente, transação a transação.

g) Arrendamento

A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa do Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC da Companhia (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês).

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

h) Novas normas e interpretações revisadas emitidas e ainda não vigentes

Norma	Alterações à IFRS 3 – Referência a Estrutura Conceitual (vigência a partir de 01/01/2022, porém permite adoção antecipada, desde que adote todas as outras referências atualizadas (publicada em conjunto com a Estrutura Conceitual atualizada) na mesma data ou antes)
Requerimento	As alterações atualizam a IFRS 3 de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura de 1989. Elas também incluem na IFRS 3 a exigência de que, para obrigações dentro do escopo da IAS 37, o comprador aplica a IAS 37 para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo do IFRIC 21 – Tributos, o comprador aplica a IFRIC 21 para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição. Finalmente, as alterações acrescentam uma declaração explícita de que o comprador não reconhece ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios).
Impacto nas demonstrações financeiras	A administração da Companhia está avaliando os impactos da IFRS 3 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

Norma	Alterações à IAS 16 – Imobilizado – Recursos antes do uso pretendido (vigência a partir de 01/01/2022, sendo permitida a adoção antecipada)
Requerimento	As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Consequentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondente custos no resultado. A entidade mensura o custo desses itens de acordo com a IAS 32 – Estoques. As alterações esclarecem ainda o significado de 'testar se um ativo está funcionando adequadamente'. Atualmente, a IAS 16 determina isso como avaliar se o desempenho técnico e físico do ativo é tal que o mesmo possa ser usado na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguel de terceiros, ou para fins administrativos. Se não apresenta os separadamente na demonstração do resultado abrangente, as demonstrações financeiras devem divulgar os valores dos recursos e custos incluídos no resultado correspondentes aos itens produzidos que não sejam um produto das atividades ordinárias da entidade, e cuja(s) rubrica(s) na demonstração do resultado abrangente inclua(m) esses recursos e custos.
Impacto nas demonstrações financeiras	A administração da Companhia está avaliando os impactos da IAS 16 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

Norma	Alterações à IAS 37 – Contratos onerosos – Custo de cumprimento de contrato (vigência a partir de 01/01/2022, sendo permitida a adoção antecipada)
Requerimento	As alterações especificam que o 'custo de cumprimento' do contrato compreende os 'custos diretamente relacionados ao contrato'. Os custos diretamente relacionados ao contrato compreendem os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato). As alterações são aplicáveis a contratos para os quais a entidade ainda não cumpriu todas as suas obrigações no início do período anual no qual a entidade aplica as alterações pela primeira vez. Os números comparativos não são rerepresentados. Ao invés disso, a entidade deve reconhecer o efeito acumulado da adoção inicial das alterações como ajuste do saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) na data de adoção inicial.
Impacto nas demonstrações financeiras	A administração da Companhia está avaliando os impactos da IAS 37 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

Norma	Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018-2020 (vigência a partir de 01/01/2022, sendo permitida adoção antecipada)
Requerimento	As Melhorias Anuais incluem alterações em quatro normas: IFRS 1 – Adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade : A alteração prevê medida adicional para uma controlada que se torna adotante inicial depois da sua controladora com relação à contabilização de diferenças acumuladas de conversão. Em virtude da alteração, a controlada que usa a isenção contida na IFRS 1:D16(a) pode agora optar por mensurar as diferenças acumuladas de conversão para todas as operações no exterior ao valor contábil que seria incluído nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controlada para Normas do IFRS, se nenhum ajuste for feito com relação aos procedimentos de consolidação e efeitos da combinação de negócios na qual a controlada adquiriu a controlada. Uma opção similar está disponível para uma coligada ou <i>joint venture</i> que utiliza a isenção contida na IFRS 1:D16(a). IFRS 9 – Instrumentos Financeiros : A alteração esclarece que ao aplicar o teste de '10%' para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela entidade ou credor em nome da outra parte. A alteração é aplicável prospectivamente a modificações e trocas ocorridas na ou após a data em que a entidade aplica a alteração pela primeira vez. IFRS 16 – Arrendamentos : A alteração exclui o exemplo de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros. Uma vez que a alteração à IFRS 16 constitui apenas um exemplo

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Impacto nas demonstrações financeiras	<p>ilustrativo, nenhuma data de vigência é definida. IAS 41 – Agricultura: A alteração exclui a exigência na IAS 41 para entidades em excluir os fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo. Isso alinha a mensuração do valor justo na IAS 41 às exigências na IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo para fins de uso de fluxos de caixa e taxas de desconto internamente consistentes e permite que os preparadores determinem se devem usar fluxos de caixa antes ou depois dos impostos e taxas de desconto para a mensuração do valor justo mais adequada. A alteração é aplicável prospectivamente, isto, mensurações de valor justo na ou após a data em que a entidade aplica inicialmente a alteração.</p> <p>A Administração da companhia está avaliando os impactos da IFRS 1, da IFRS 9, da IFRS 16 e da IAS 41 e entende que suas adoções não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.</p>
Norma	IFRS 17 – Contratos de seguros (vigência a partir de 01/01/2023)
Requerimento	A IFRS 17 estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguro (CPC 11). A IFRS 17 descreve o Modelo Geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como Abordagem de Taxa Variável. O modelo Geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a Abordagem da Alocação de Prêmios. O modelo geral utiliza premissas atuais para estimativa de valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza, levando em consideração as taxas de juros de mercado e o impacto das opções e garantias dos segurados.
Impacto nas demonstrações financeiras	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da IFRS 17 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Norma	Alterações à IAS 1 – Classificação de passivos como Circulantes ou Não Circulantes (vigência a partir de 01/01/2023, sendo permitida adoção antecipada)
Requerimento	As alterações à IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens.
Impacto nas demonstrações financeiras	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da IAS 1 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Norma	Alterações à IAS 1 (vigência a partir de 01/01/2023, sendo permitida adoção antecipada). Alterações a Declaração Prática 2 da IFRS (não apresenta uma data de vigência ou exigências de transição)
Requerimento	As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo “políticas contábeis significativas” por “informações de políticas contábeis relevantes”. As informações da política contábil são relevantes se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral tomadas com base nessas demonstrações financeiras. Os parágrafos de apoio na IAS 1 também foram alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionada a transações, outros acontecimentos ou condições irrelevantes são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações da política contábil podem ser relevantes devido à natureza das transações relacionadas, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam irrelevantes. Porém, nem todas as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições relevantes são relevantes por si só. O <i>Board</i> preparou ainda orientações e exemplos para explicar e demonstrar a aplicação do “processo de materialidade em quatro passos” descrito na Declaração Prática 2 da IFRS.
Impacto nas demonstrações financeiras	A administração da Companhia está avaliando os impactos da IAS 1 e IFRS Declaração da Prática e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Norma	Alterações à IAS 8 (vigência a partir de 01/01/2023, sendo permitida adoção antecipada)
Requerimento	A alteração substitui a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração”. A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída. No entanto, o <i>Board</i> manteve o conceito de mudanças nas estimativas contábeis na Norma com os seguintes esclarecimentos: - Uma mudança na estimativa contábil que resulte de novas informações ou novos eventos não significa a retificação de um erro; - Os efeitos da mudança de um dado ou técnica de mensuração usada para desenvolver uma estimativa contábil correspondem a mudanças nas estimativas contábeis se não resultarem da retificação de erros de períodos anteriores. O <i>Board</i> acrescentou dois exemplos (Exemplos 4-5) na Orientação sobre a implementação da IAS 8, que acompanha a Norma. O <i>Board</i> excluiu um exemplo (Exemplo 3) uma vez que poderia causar confusão à luz das alterações.

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Impacto nas demonstrações financeiras	A administração da Companhia está avaliando os impactos da IAS 8 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Norma	Alterações à IAS 12 (vigência a partir de 01/01/2023, sendo permitida adoção antecipada)
Requerimento	As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a entidade não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Por exemplo, isso pode ocorrer no reconhecimento do passivo de arrendamento e correspondente ativo de direito de uso aplicando a IFRS 16 na data de início do arrendamento. Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12. O <i>Board</i> acrescenta ainda um exemplo ilustrativo na IAS 12 que explica como as alterações são aplicadas. As alterações são aplicáveis a transações ocorridas no ou após o início do primeiro período comparativo apresentado. Adicionalmente, no início do primeiro período comparativo, a entidade deve reconhecer: - Um ativo fiscal diferido (quando for provável que a entidade apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas) e um passivo fiscal diferido para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas aos: (i) Ativos de direito de uso e passivos de arrendamento; (ii) Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares e valores correspondentes reconhecidos como parte do custo do respectivo ativo. - O efeito acumulado da aplicação inicial das alterações como ajuste de saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) naquela data.
Impacto nas demonstrações financeiras	A administração da Companhia está avaliando os impactos da IAS 12 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

i) Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui nenhuma categoria de ações potenciais que provocariam diluição.

j) Benefícios a empregados – Plano de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os serviços são prestados pelos empregados.

k) Demonstrações do valor adicionado (DVA)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado" e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

4. PRINCIPAIS USOS DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A Administração da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. Esses julgamentos, estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo período financeiro, estão contempladas a seguir:

- Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes;
- Taxa de amortização: a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego;
- Provisões: a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas cívicas, trabalhistas e tributárias, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos; e
- *Impairment*: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Contabilização dos Contratos de Concessão

Na contabilização dos Contratos de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos Contratos de Concessão.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas de cada Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos Contratos de Concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente do Contrato de Concessão limitado ao prazo final da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das

rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão.

Determinação das receitas de construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01 Contratos de Concessão, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção, sendo esta prática de mercado das empresas de concessão rodoviária.

Capitalização dos custos dos empréstimos

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 3.e, a Companhia capitaliza os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis. A taxa de capitalização é obtida dividindo-se o saldo médio de obras em andamento pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures, no encerramento de cada mês.

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- a) Provisão para construção de obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto de 9,31% ao ano (9,36% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada no Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês). A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados nas Notas Explicativas nº 17 e nº 18.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Política contábil

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor e para utilização em compromissos de curto prazo.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e bancos	1.311	2.719
Aplicações financeiras:		
Fundo de investimento (a)	58.686	20.665
Operações compromissadas (b)	2.501	1.628
Aplicações automáticas (c)	<u>2.990</u>	<u>3.221</u>
	<u>65.488</u>	<u>28.233</u>

- (a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

Em virtude do cenário declarado pela OMS em março de 2020 sobre o surto do COVID-19 e visto que os governos têm tomado medidas restritivas, cujo potencial de afetar a economia é significativo e as incertezas do mercado econômico, a companhia, preservando a transparência e o conservadorismo dos ativos financeiros e visando a gestão de caixa passou por uma revisão nas aplicações financeiras, readequando a carteira do fundo de investimento para assegurar o caixa da Companhia.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2021 a carteira do Fundo de investimentos era composta por 100% em Certificado de Depósito Bancário (CDB). Em 31 de dezembro de 2020 a carteira do Fundo de aplicações financeiras era composta por 95,6% em Certificado de Depósito Bancário (CDB) e 4,4% em Operações Compromissadas.

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remuneradas à taxa de 103,1% em 31 de dezembro de 2021 (101,0% em 31 de dezembro de 2020) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remunerados à taxa 83,9% do CDI em 31 de dezembro de 2021, sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e está aplicada a curtíssimo prazo sendo utilizado antes de 30 dias e não sofre a incidência de IOF.
- (c) A Companhia possui aplicações automáticas, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI. O grupo mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis.

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Recursos não vinculados	4.130	954
	<u>4.130</u>	<u>954</u>

Em 31 dezembro 2021, os recursos referem-se as aplicações financeiras em CDB pré-fixado emitido pelo Banco Bradesco S.A. remunerado à taxa de 11,03% a.a. (120,5% do CDI em 31 dezembro 2021), vinculado ao fundo de investimento remunerado à taxa média ponderada de 103,1% do CDI do mesmo período. A referida aplicação possui carência até 13 junho 2022. Em 31 de dezembro de 2020, os recursos referiam-se a aplicações financeiras em LTN *over* (Letras do Tesouro Nacional) remuneradas à taxa de 101,0% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletiam as condições de mercado na data do balanço patrimonial. As referidas aplicações possuíam liquidez imediata.

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS - CONTA RESERVA - VINCULADOS

As aplicações financeiras - conta reserva são investimentos temporários, representados por títulos de alta liquidez:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Fundo de investimento	47.863	43.068
	<u>47.863</u>	<u>43.068</u>

Os Fundos de Investimentos são remunerados à taxa de 99% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (138,0% em 31 de dezembro de 2020) e reflete as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como aplicações financeiras - conta reserva por estarem vinculadas ao processo de liquidação das debêntures e financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES da Companhia como garantia de parte do pagamento de juros e principal.

8. CLIENTES

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, pedágio eletrônico, acessos e outros serviços decorrentes de receitas acessórias.

A composição está assim representada:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Pedágio eletrônico (a)	20.984	16.256
Receitas acessórias (b)	416	294
Outras contas a receber	489	490
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD (c)	<u>(203)</u>	<u>(136)</u>
	<u>21.686</u>	<u>16.904</u>

(a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio.

(b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, implantação e concessão de acessos, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos no contrato de concessão.

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(c) O valor das perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa é atualizado ao final de cada exercício para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro.

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
A vencer	21.653	16.906
Vencidos:		
Até 30 dias	24	4
De 31 a 90 dias	55	8
De 90 a 120 dias	5	10
Acima de 120 dias	152	112
	<u>21.889</u>	<u>17.040</u>

A movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo no início do exercício	136	232
Valores recuperados e baixados	(260)	(251)
Constituição de PECLD	327	155
Saldo no fim do exercício	<u>203</u>	<u>136</u>

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A natureza dos depósitos judiciais são:

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Cível	325	369
Tributário	368	365
Trabalhista	1.614	2.180
Desapropriações	23.754	23.754
	<u>26.061</u>	<u>26.668</u>

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

As principais causas que resultaram nos depósitos judiciais descritos acima, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 20 Provisão para Perdas Cíveis e Trabalhistas.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo no início do exercício	26.668	26.638
Adições	18	424
Baixas	(649)	(420)
Atualização monetária	24	26
Saldo no fim do exercício	<u>26.061</u>	<u>26.668</u>

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. IMOBILIZADO

Política contábil

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de depreciação para cada grupo do ativo imobilizado.

	<i>Hardwares</i>	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	25,0	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	4,1	8,6	5,9	12,0	-
CUSTO					
Saldos em 31/12/2020	60.490	3.659	1.951	429	66.529
Adições	6.717	1.637	226	553	9.133
Baixas	(41)	-	(40)	-	(81)
Saldos em 31/12/2021	67.166	5.296	2.137	982	75.581
DEPRECIÇÃO					
Saldos em 31/12/2020	(53.748)	(1.583)	(1.468)	(422)	(57.221)
Adições	(2.588)	(386)	(119)	(85)	(3.178)
Baixas	41	-	40	-	81
Saldos em 31/12/2021	(56.295)	(1.969)	(1.547)	(507)	(60.318)
RESIDUAL					
Em 31/12/2021	10.871	3.327	590	475	15.263
Em 31/12/2020	6.742	2.076	483	7	9.308

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<i>Hardwares</i>	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	25,0	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	3,4	9,4	7,1	12,7	-
CUSTO					
Saldos em 31/12/2019	58.913	3.469	1.890	421	64.693
Adições	1.589	200	73	8	1.870
Baixas	(5)	-	(1)	-	(6)
Transferências	(7)	(10)	(11)	-	(28)
Saldos em 31/12/2020	60.490	3.659	1.951	429	66.529
DEPRECIÇÃO					
Saldos em 31/12/2019	(51.729)	(1.249)	(1.333)	(368)	(54.679)
Adições	(2.025)	(334)	(136)	(54)	(2.549)
Baixas	5	-	1	-	6
Transferências	1	-	-	-	1
Saldos em 31/12/2020	(53.748)	(1.583)	(1.468)	(422)	(57.221)
RESIDUAL					
Em 31/12/2020	6.742	2.076	483	7	9.308
Em 31/12/2019	7.184	2.220	557	53	10.014

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia de qualquer natureza.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. INTANGÍVEL

Política contábil

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de amortização para cada grupo do ativo intangível.

	Contrato de Concessão (ii)	Intangível em andamento (iii)	Softwares de terceiros	Direito de uso CPC 06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %	-	-	20,0	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %	(ii)	-	11,0	-	-
CUSTO					
Saldos em 31/12/2020	1.724.559	18.814	3.223	2.616	1.749.212
Adições	55.459	20.740	1.770	3.289	81.258
Baixas	(339)	(5.627)	-	-	(5.966)
Transferências	2.634	(2.634)	-	-	-
Saldos em 31/12/2021	1.782.313	31.293	4.993	5.905	1.824.504
AMORTIZAÇÃO					
Saldos em 31/12/2020	(307.093)	-	(2.307)	(1.782)	(311.182)
Adições	(42.634)	-	(453)	(1.608)	(44.695)
Saldos em 31/12/2021	(349.727)	-	(2.760)	(3.390)	(355.877)
RESIDUAL					
Em 31/12/2021	1.432.586	31.293	2.233	2.515	1.468.627
Em 31/12/2020	1.417.466	18.814	916	834	1.438.030

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Contrato de Concessão (ii)	Intangível em andamento (iii)	Softwares de terceiros	Direito de uso CPC 06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %	-	-	20,0	-	-
Taxa média ponderada de amortização -%	(ii)	-	11,6	-	-
CUSTO					
Saldos em 31/12/2019	1.694.342	12.776	2.953	440	1.710.511
Adições	24.533	11.834	270	2.178	38.815
Baixas	(140)	-	-	(2)	(142)
Transferências	5.824	(5.796)	-	-	28
Saldos em 31/12/2020	1.724.559	18.814	3.223	2.616	1.749.212
AMORTIZAÇÃO					
Saldos em 31/12/2019	(278.265)	-	(1.950)	(220)	(280.435)
Adições	(28.827)	-	(357)	(1.564)	(30.748)
Baixas	-	-	-	2	2
Transferências	(1)	-	-	-	(1)
Saldos em 31/12/2020	(307.093)	-	(2.307)	(1.782)	(311.182)
RESIDUAL					
Em 31/12/2020	1.417.466	18.814	916	834	1.438.030
Em 31/12/2019	1.416.077	12.776	1.003	220	1.430.076

- (i) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária tais como reabilitação de pavimento e sinalização da Rodovia Carvalho Pinto.
- (ii) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas médias de amortização em 31 de dezembro de 2021 foram 2,43% (1,68% em 31 de dezembro de 2020).
- (iii) Refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, tais como recuperação e consultoria de apoio de ampliação e conservação às obras especiais e recuperação de passivos ambientais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram capitalizados R\$1.961 referentes a encargos financeiros (R\$696 em 31 de dezembro de 2020) de financiamentos vinculados a intangível em andamento, obtidos através do cálculo do saldo médio de obras em andamento dividido pelo saldo médio de financiamentos e debêntures.

A Administração da Companhia contratou consultoria externa para avaliar fatores internos e externos que indicassem que os ativos intangíveis pudessem apresentar valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis, na data-base de 31 de dezembro de 2021. O valor em uso foi calculado com base no método do fluxo de caixa descontado (ou DCF), considerando os seguintes critérios: (i) premissas de projeção: as

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

premissas de projeção dos resultados (receitas, custos, despesas, investimentos, capital de giro) e fluxos de caixa futuros (abordagem do FCFF ou *Free Cash Flow to Firm*), cujas perspectivas de crescimento para as rodovias baseiam-se no orçamento anual e nos planos de negócios preparados pela Administração, bem como em dados de mercado e de empresas comparáveis. Essas premissas representam a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante o prazo de contrato de cada concessão; (ii) Moeda de projeções: BRL nominal, considerando efeitos inflacionários; (iii) Taxa de desconto: metodologia do WACC (ou CMPC na sigla em português), em termos nominais, depois dos impostos. O WACC (*Weighted Average Cost of Capital*) foi estimado com base em premissas de mercado e de empresas comparáveis à Companhia, resultado em: 8,77% a.a. (12,3% antes dos impostos). Com base nos procedimentos realizados relacionados a avaliação sobre o valor recuperável dos ativos intangíveis, a Administração da Companhia não identificou ajuste de *impairment* a ser constituído no resultado do exercício.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e ajustada pelo montante que se espera e seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

a) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balanço patrimonial			Resultado	
	31/12/2020	Adições	Baixas	31/12/2021	31/12/2021
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	1.673	1.009	(145)	2.537	864
Provisão para manutenção	24.415	4.807	(13.087)	16.135	(8.280)
AVP ônus Concessão	887	-	(280)	607	(280)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	16	9	(3)	22	6
Efeito Lei nº12.973/14 - extinção RTT	(20.419)	-	1.104	(19.315)	1.104
Juros capitalizados	(4.096)	(667)	110	(4.653)	(557)
Outros	13	2	(1)	14	1
IR e CS diferido - ativo/(passivo) (i)	2.489	5.160	(12.302)	(4.653)	
Receita/(despesas) de IR e CS diferido					(7.142)

(i) Em atendimento ao CPC 32 Tributos sobre o Lucro, item 73, registramos R\$4.653 no passivo não circulante (R\$2.489 em 31 de dezembro de 2020 no ativo não circulante).

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade estimada de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
2021	-	4.215
2022	2.632	4.215
2023	2.632	3.767
2024	2.256	3.767
2025	2.256	3.767
Posteriores a 2025 (*)	<u>(14.429)</u>	<u>(17.242)</u>
	<u>(4.653)</u>	<u>2.489</u>

(*) Os valores acima de dez anos para realização estão relacionados ao ICPC 01 (R1) Contratos de Concessão, ajuste do RTT (Regime Tributário de Transição) e juros capitalizados que são amortizados pelo prazo de cada concessão.

b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do exercício os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	80.069	54.362
Alíquota fiscal vigente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	<u>(27.223)</u>	<u>(18.483)</u>
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:		
Lucros não realizados		
Gratificações/PPR diretores	(104)	(92)
Juros sobre o capital próprio	1.993	2.188
Despesas indedutíveis	(3)	(3)
Incentivos fiscais (PAT)	359	310
Outros	81	38
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(24.897)</u>	<u>(16.042)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(17.755)	(15.584)
Impostos diferidos	(7.142)	(458)
Taxa efetiva	31,1%	29,5%

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

c) Provisão para Imposto de renda e contribuição social

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo no início do exercício provisão IR/CS	-	7.994
Despesa IR/CS DRE	17.755	15.584
Total de IR/CS pagos	<u>(16.894)</u>	<u>(23.578)</u>
Saldo no fim do exercício provisão IR/CS	<u>861</u>	<u>-</u>

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Vencimento final	Taxa de juros	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Em moeda nacional:				
Finem - BNDES	07/2025	IPCA + 2,45% a.a.	15.065	18.958
Finem - BNDES	06/2025	TJLP + 2,45% a.a.	17.488	35.340
			<u>32.553</u>	<u>54.298</u>
Circulante			13.063	23.792
Não circulante			19.490	30.506

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
2022	-	11.870
2023	10.907	10.351
2024	5.210	5.061
2025	3.373	3.224
	<u>19.490</u>	<u>30.506</u>

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo no início do exercício	54.298	87.593
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 24)	4.921	6.378
Pagamento principal	(23.270)	(33.969)
Pagamento de juros	(3.396)	(5.704)
Saldo no fim do exercício	<u>32.553</u>	<u>54.298</u>
Circulante	13.063	23.792
Não Circulante	19.490	30.506

Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Instituição financeira	Índices financeiros exigidos	Garantias
BNDDES	(i) Patrimônio Líquido/Passivo Total \geq 20%; (ii) Índice de Cobertura do Serviços da Dívida (ICSD) \geq 1,20; e (iii) Dívida Líquida/EBITDA ajustado \leq 4,0. \leq 4,00 Após o <i>Completion</i> não distribuir dividendos acima dos 25% mínimos obrigatórios por lei.	Cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, bem como as receitas acessórias decorrentes da Concessão e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do Contrato de Concessão até a final liquidação de todas as obrigações decorrentes do contrato.

Conforme demonstrado no quadro a seguir, a Companhia está adimplente com os índices (i) e (iii) e inadimplente com o índice (ii) ICSD – Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, que está amparado por carta fiança da controladora Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. O não atingimento do referido índice apenas limita a distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio acima do limite legal de 25%. Conforme nota Explicativa nº 21.d, a Companhia está distribuindo apenas o mínimo obrigatório por lei.

Índices financeiros	Exigido	Medido
(i) PL/passivo total	\geq 20%	51,54%
(ii) ICSD - Índice de cobertura serviço da dívida	\geq 1,20	0,77
(iii) Dívida líquida/EBITDA ajustado	$<$ 4,00	2,01

A Companhia está adimplente com as demais cláusulas restritivas do referido contrato.

Os *covenants* não financeiros preveem cláusulas de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida.

Os subcréditos e liberações do BNDDES efetuados na Companhia são como segue:

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
A	99.200	99.200	99.200	114 mensais
b	85.528	85.528	85.528	114 mensais
d	27.999	27.999	23.578	114 mensais
e	21.769	21.769	16.327	8 anuais
j	11.281	11.281	7.125	114 mensais
k	22.438	22.438	14.172	114 mensais
l	9.169	9.169	5.501	10 anuais
Total	277.384	277.384	251.431	

Ficam suprimidos os subcréditos "c", "f", "g", "h" e "i" e reduzido o valor de crédito do subcrédito "k", de R\$29.846 para R\$22.438.

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14. DEBÊNTURES

A posição das debêntures está resumida a seguir:

Descrição	Vencimento	Taxa média de juros	31/12/2021	31/12/2020
1ª Emissão (a)	01/2023	IPCA+8,25%a.a.	64.017	86.675
1ª Emissão (a)	04/2022	IPCA+8,25%a.a.	21.358	56.525
1ª Emissão (a)	07/2022	IPCA+8,25%a.a.	20.923	55.391
1ª Emissão (a)	10/2022	IPCA+8,25%a.a.	20.495	54.255
2ª Emissão – Privada (b)	04/2026	105,0/105,5% CDI	364.689	348.243
			<u>491.482</u>	<u>601.089</u>
Circulante			106.582	144.679
Não circulante			384.900	456.410

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2022	-	-	-	90.123	(203)	89.920
2023	20.212	(1)	20.211	18.247	(1)	18.246
2024	-	-	-	-	-	-
2025	212.676	-	212.676	203.268	(166)	203.102
2026	152.013	-	152.013	145.269	(127)	145.142
	<u>384.901</u>	<u>(1)</u>	<u>384.900</u>	<u>456.907</u>	<u>(497)</u>	<u>456.410</u>

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	601.089	681.658
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 24)	49.830	46.490
Pagamento principal	(77.919)	(67.985)
Pagamento de juros	(81.518)	(59.074)
Saldo no fim do exercício	<u>491.482</u>	<u>601.089</u>
Circulante	106.582	144.679
Não circulante	384.900	456.410

a) Em 15 de janeiro de 2011, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real representada por penhor de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios em quatro séries, no valor nominal total de R\$370 milhões, com atualização monetária pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, sendo:

- (i) 1ª série - R\$92.500, com juros remuneratórios de 8,25%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de janeiro, o primeiro pagamento foi em 15 de janeiro de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de janeiro de 2023,

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de janeiro nos anos de 2013 a 2023;

- (ii) 2ª série - R\$92.500, com juros remuneratórios de 8,25%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro pagamento foi em 15 de abril de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2022, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2012 a 2022;
- (iii) 3ª série - R\$92.500, com juros remuneratórios de 8,25%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de julho, o primeiro pagamento foi em 15 de julho de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de julho de 2022, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de julho nos anos de 2012 a 2022; e
- (iv) 4ª série - R\$92.500, com juros remuneratórios de 8,25%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2022, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de outubro nos anos de 2012 a 2022.

A emissão conta com garantia real representada por penhor de 100% das ações e cessão fiduciária de 100% dos direitos creditórios, compartilhadas com BNDES, até a liquidação final de todas as obrigações decorrentes do contrato.

b) Em 14 de julho de 2017, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em cinco séries, no montante total de R\$300.000, para colocação privada, sendo que a controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., adquiriu a totalidade das debêntures e a liquidação das séries acontecerá de acordo com a necessidade de caixa da Companhia. A taxa de remuneração das debêntures será: 1ª série: 105,0% do CDI; 2ª, 3ª, 4ª e 5ª séries: 105,5% do CDI. Os pagamentos de principal e juros serão realizados integralmente na data de seus vencimentos, sendo: 1ª série 14 de julho de 2025; 2ª série: 14 de outubro de 2025; 3ª série: 14 de janeiro de 2026; 4ª série 14 de abril de 2026; e 5ª série 14 de julho de 2026. As liquidações financeiras ocorreram da seguinte forma:

- Em 14 de julho de 2017, foram liquidados R\$100.000 referentes a primeira série e não são exigidos cumprimento de índices financeiros.
- Em 14 de dezembro de 2017, foram liquidados R\$70.000 referentes a segunda série, R\$40.000 referentes a terceira série e R\$40.000 referentes a quarta série e não são exigidos cumprimento de índices financeiros.
- Em 18 de dezembro de 2019, houve a captação de R\$50.000 referentes a quinta série e não são exigidos cumprimento de índices financeiros.

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A emissão não conta com garantia de qualquer natureza.

O contrato da 1ª emissão requer a manutenção de certos índices financeiros (“*covenants*”). Conforme demonstrado no quadro a seguir, a Companhia está adimplente com referidos índices:

Emissão	Descrição da cláusula	Requerido	Atingido
1ª emissão	Patrimônio líquido/Passivo total	>20%	51,54%
	ICSD - Índice de cobertura serviço da dívida	≥1,20x	1,40
	Dívida líquida Total/Ebitda ajustado	≤5,5x	2,81
	Dívida Líquida / Ebitda ajustado	<4,0x	2,01

A Companhia está adimplente com todas as cláusulas restritivas do(s) referido(s) contrato(s).

Os *covenants* não financeiros preveem cláusulas de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida.

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está destacada a seguir:

Série	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
1ª série - 1ª emissão	15/01/2011	92.500	(3.255)	89.245	IPCA + 8,25% a.a.	14,91%
2ª série - 1ª emissão	15/01/2011	92.500	(3.255)	89.245	IPCA + 8,25% a.a.	14,92%
3ª série - 1ª emissão	15/01/2011	92.500	(3.255)	89.245	IPCA + 8,25% a.a.	14,87%
4ª série - 1ª emissão	15/01/2011	92.500	(3.255)	89.245	IPCA + 8,25% a.a.	14,83%
1ª série - 2ª emissão	14/07/2017	100.000	(171)	99.829	105,00% CDI	7,26%
2ª série - 2ª emissão	14/12/2017	70.000	(120)	69.880	105,5% CDI	7,31%
3ª série - 2ª emissão	14/12/2017	40.000	(69)	39.931	105,5% CDI	7,38%
4ª série - 2ª emissão	14/12/2017	40.000	(69)	39.931	105,5% CDI	7,44%
5ª série - 2ª emissão	18/12/2019	50.000	-	50.000	105,5% CDI	7,79%
		<u>670.000</u>	<u>(13.449)</u>	<u>656.551</u>		

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

15. ARRENDAMENTOS A PAGAR

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Obrigações brutas de arrendamentos – pagamentos mínimos de arrendamento:	<u>2.370</u>	<u>864</u>
Circulante	2.358	688
Não circulante	12	176

A movimentação das informações está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo no início do exercício	864	334
Adições	3.289	2.178
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 24)	70	103
Pagamento principal	(1.783)	(1.648)
Pagamento de juros	(70)	(103)
Saldo no fim do exercício	<u>2.370</u>	<u>864</u>

16. PARTES RELACIONADAS

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, além de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.

A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora indireta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3".

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's lenght basis*).

Em 31 de dezembro de 2021, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Companhia	Natureza	Ativo		Passivo		Resultado	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Custo	Despesas
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora direta	-	3.859	3.111	-	23.796	12.259
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora direta	-	-	-	163.597	-	8.735
TB Transportadora Betumes Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	1.446	12	-	-	-
CBB Ind. E Com. Asfalto e Engenharia Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	22.634	-	-	-	-
Consórcio SP-070 (d)	Outras partes relacionadas	-	23.639	1.834	-	-	-
Sinelec SPA (e)	Outras partes relacionadas	-	665	-	-	-	-
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (f)	Outras partes relacionadas	-	-	1	-	-	-
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (f)	Outras partes relacionadas	-	-	3	-	-	-
Total em 31 de dezembro de 2021		-	52.243	4.961	163.597	23.796	20.994
Total em 31 de dezembro de 2020		47	30.788	27.472	156.172	20.253	16.467

- (a) A controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor atual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$33.757. O saldo em aberto de R\$3.111 em 31 de dezembro de 2021 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.
- (b) Em 8 de outubro de 2010, foi firmado um contrato de mútuo entre a controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. e a Companhia. O mútuo será atualizado por 100% do CDI + 1,20% a.a. e seu vencimento final é 31 de março de 2025. Em 31 de dezembro de 2021, há um saldo em aberto de R\$163.597 (R\$156.172 em 31 de dezembro de 2020).
- (c) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda e a TB Transportadora de Betumes Ltda, prestam serviço de fornecimento e transporte de material asfáltico. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre as partes é de R\$54.542. O prazo para execução desses trabalhos foi em 30 de março de 2024. O saldo em aberto de R\$12 em 31 de dezembro de 2021 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.
- (d) O Consórcio SP-070, formado pelas partes relacionadas Crasa Infraestrutura S.A. e Itinera Construções Ltda., presta serviços de recuperação do pavimento ao longo do corredor Ayrton Senna/Carvalho Pinto, sob concessão da Companhia. O preço global firmado é de R\$57.354 e o prazo final para execução destes serviços é 30 de novembro de 2021. O saldo em aberto de R\$1.834 em 31 de dezembro de 2021 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.
- (e) A SINELEC SPA, presta serviço no desenvolvimento e implementação de prova de conceito para sistema *Multilane Freeflow Tolling* ao longo da SP070. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre as partes é de R\$4.079. O prazo para execução desses trabalhos será em 31 de maio de 2022. Em 31 de dezembro de 2021, não há saldo em aberto a pagar.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (f) O saldo refere-se a transferência de funcionários entre empresas (provisões de 13º salário e férias), os saldos tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram cedidas garantias aos credores.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não tinha concedido aval para nenhuma parte relacionada.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento e pela direção e controle das atividades da Companhia.

Em 31 de Dezembro de 2021 foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a). benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em 27 de abril de 2021, a Assembleia Geral Ordinária definiu a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2021 em R\$1.481 (R\$1.113 em 31 de dezembro de 2020).

A remuneração provisionada aos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Remuneração (fixa/variável)	1.026	677
Remun. baseada em ações (<i>Phantom Stock Option/Restricted Stock</i>)	1	27
Seguro de vida	3	3
Assistência saúde	76	74
Previdência privada	62	50
FGTS	51	-
INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo Prazo - ILP (<i>Phantom Stock Option - PSO + Phantom Restricted Stock - PRS</i>))	187	160
	<u>1.406</u>	<u>991</u>

17. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do Contrato de Concessão. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão para manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato ao longo de todo o período de concessão. Os montantes dessas obrigações são registrados a valor presente com a taxa de 9,31% ao ano (9,36% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020), correspondentes ao Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC (*Weighted Average Cost of Capital - WACC* na

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

sigla em inglês). Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada cinco anos.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2020	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2021
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 23)	162.319	7.155	-	-	169.474
Efeito do valor presente sobre constituição (vide Nota Explicativa nº 23)	(42.289)	(628)	-	-	(42.917)
Realização da manutenção	(75.233)	-	(39.417)	-	(114.650)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 24)	27.291	-	-	8.537	35.828
	<u>72.088</u>	<u>6.527</u>	<u>(39.417)</u>	<u>8.537</u>	<u>47.735</u>

Circulante	36.569				22.326
Não circulante	35.519				25.409

	31/12/2019	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2020
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 23)	134.639	27.680	-	-	162.319
Efeito do valor presente sobre constituição (vide Nota Explicativa nº 23)	(35.450)	(6.839)	-	-	(42.289)
Realização da manutenção	(43.270)	-	(31.963)	-	(75.233)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 24)	19.580	-	-	7.711	27.291
	<u>75.499</u>	<u>20.841</u>	<u>(31.963)</u>	<u>7.711</u>	<u>72.088</u>

Circulante	27.670				36.569
Não circulante	47.829				35.519

18. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia. Os valores são ajustados a valor presente a taxa de 10,73% a.a., correspondente à taxa média ponderada das captações de empréstimos e financiamentos em 2009, ano da constituição da provisão. A partir de 01 de janeiro de 2020, se houver a necessidade de novas provisões advindas de aditivos contratuais, a taxa de desconto corresponderá ao Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC.

Essa provisão está de acordo com a orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia devem estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2020	Adição (efeito intangível)	Pagamento	31/12/2021
Constituição da provisão para construção de obras	9.376	-	-	9.376
Efeito do valor presente sobre a constituição	(3.970)	-	-	(3.970)
Realização da construção	(6.618)	-	(269)	(6.887)
Ajuste a valor presente – realizações	3.971	-	-	3.971
Atualização monetária	1.640	112	-	1.752
	<u>4.399</u>	<u>112</u>	<u>(269)</u>	<u>4.242</u>
Circulante	337			4.242
Não circulante	4.062			-

	31/12/2019	Adição (efeito intangível)	Pagamento	31/12/2020
Constituição da provisão para obras futuras	13.169	-	(3.793)	9.376
Efeito do valor presente sobre a constituição	(3.970)	-	-	(3.970)
Realização da construção	(6.489)	-	(129)	(6.618)
Ajuste a valor presente – realizações	3.971	-	-	3.971
Atualização monetária	-	1.640	-	1.640
	<u>6.681</u>	<u>1.640</u>	<u>(3.922)</u>	<u>4.399</u>
Circulante	6.681			337
Não circulante	-			4.062

19. A OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE

	31/12/2021	31/12/2020
Parcelas variáveis	<u>507</u>	<u>442</u>

A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 1,5% da receita de arrecadação do pedágio e receitas acessórias.

A movimentação está demonstrada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	442	460
Custo (vide Nota Explicativa nº 23)	5.068	4.320
Pagamento do principal	(5.003)	(4.338)
Saldo no final do exercício	<u>507</u>	<u>442</u>

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

a) Informações sobre o Contrato de Concessão

Contratante: Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP

Data da assinatura: 17 de junho de 2009.

Valor da outorga: R\$618.704 subdivido em 1 parcela à vista de 20% e o saldo em 18 parcelas fixas mensais, reajustadas pela variação do IPC-A.

Objeto da Concessão: Exploração mediante a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão e fiscalização dos serviços complementares, mediante o recebimento de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna/Carvalho Pinto, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos, com 143,5 km de extensão, compreendendo: (i) SP 070 – Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto: início do trecho no km 11+190, no final da Marginal Tietê, São Paulo; final do trecho no km 130+400, no entroncamento com a BR 116 km 117+400, Taubaté; (ii) SP-019: início do trecho no km 0+000, no entroncamento com a SP-070, km 19+300, Guarulhos; final do trecho do km 2+400, no início do Sítio do Aeroporto de Cumbica, Guarulhos; (iii) SPI-179/060 – Interligação Ayrton Senna x Rodovia Presidente Dutra: início do trecho no km 0+000, no entroncamento com a BR116, km 179+000, Guararema; final do trecho no km 5+400, no entroncamento com a SP-070, km 60+300, Guararema; (iv) SPI-035/056 – Interligação Itaquaquetuba: início do trecho no km 0+000, no entroncamento com a SP-056, km 35+000, Itaquaquetuba; final do trecho no km 0+880, no entroncamento com a SP-070, km 35+700, Itaquaquetuba; (v) SP-099 – Rodovia dos Tamoios: início do trecho no km 4+500, São José dos Campos; final do trecho no km 11+500, São José dos Campos; (vi) SP-070, prolongamento até a SP-125, Taubaté; (vii) segmentos transversais, trevos, obras de arte e instalações complementares do tipo urbano ou rodoviário da Rodovia SP-070 (Rodovia Ayrton Senna e Rodovia Carvalho Pinto), outorgados à Dersa Desenvolvimento Rodoviário S/A durante seu período de concessão, que totalizam aproximadamente 2km e estão localizados no km 45 (intersecção com a SP-088) e no km 111 (intersecção com a SP-103).

O contrato foi contabilizado como ativo intangível.

Índice de reajuste: IPC-A.

Data de reajuste: 1º de julho

Prazo de vigência: 18 de junho de 2039.

A alteração do prazo da concessão será admitida quando houver a necessidade de recompor o equilíbrio-financeiro do contrato, conforme cláusulas contratuais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não ocorreram mudanças e/ou aditivos ao Contrato de Concessão.

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Casos de extinção: Conforme cláusula 35 do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; e (e) falência ou extinção da Companhia.

Reversão dos Bens: Extinta a Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à Companhia, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a receita e o custo de construção totalizaram R\$55.659, não gerando lucros ou prejuízos na prestação de serviços de construção em troca do ativo intangível objeto do Contrato de Concessão.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 18 Provisão para Manutenção, a Companhia tem a obrigação de realizar manutenções periódicas para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do Contrato de Concessão.

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de dezembro de 2021, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

	Previsão até o fim da concessão	
	31/12/2021	31/12/2020
<u>Natureza dos custos:</u>		
Melhorias na infraestrutura	49.239	52.859
Conservação especial (manutenção)	555.901	572.368
Equipamentos	272.971	250.481
	<u>878.111</u>	<u>875.708</u>

A Companhia tem cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração, em virtude dos riscos existentes em suas operações. O Contrato de Concessão obriga a concessionária a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, riscos de engenharia operacionais, entre eles, problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Em 27 de março de 2018 foi publicada a decisão favorável a Ecopistas, em 1ª instância, da ação judicial relativa ao desequilíbrio contratual referente à alteração do projeto do prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto sob concessão da Ecopistas. A Fazenda Pública do Estado e a ARTESP recorreram da desta decisão em 11 de maio de 2018. Em 08/06/2020 acórdão do TJSP negou provimento ao recurso do Estado/ARTESP, que não recorreu da decisão (certidão de trânsito em julgado publicada em 18/08/2020). Em dezembro/2020 o processo administrativo referente ao reequilíbrio foi retomado pela Ecopistas junto à ARTESP. Dois temas foram pautados na ARTESP em relação ao desequilíbrio, um deles já superado com a evolução das agendas realizadas: (i) valor das obras realizadas: tema superado com o convencimento da ARTESP e reconhecimento do desequilíbrio gerado; e (ii) traçados: tema ainda em discussão na agência para deliberação sobre qual a diferença entre traçados deverá ser utilizada para

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

cálculo do desequilíbrio final. Atualmente o tema está com a Diretoria de Controle Econômico para avaliação dos valores e posteriormente seguirá para a Diretoria de Assuntos Institucionais.

20. PROVISÃO PARA PERDAS CÍVEIS E TRABALHISTAS

Política contábil

A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	2.700	2.639	5.339
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	19.346	148	19.494
(-) Pagamentos	(3.201)	(724)	(3.925)
(+) Atualização monetária	1.162	148	1.310
Saldos em 31 de dezembro de 2021	20.007	2.211	22.218

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	2.504	2.697	5.201
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	734	332	1.066
(-) Pagamentos	(763)	(764)	(1.527)
(+) Atualização monetária	225	374	599
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.700	2.639	5.339

a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias, não existindo processos de valor individual relevante. A Companhia possui outros processos de natureza cível totalizando R\$63.411 em 31 de dezembro de 2021 (R\$58.032 em 31 de dezembro de 2020), oriundos de acidentes e multas administrativas, avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

Em 31 de dezembro de 2021, a principal adição refere-se a 9 processos de desapropriação que tiveram seus valores acrescidos em razão de sentença desfavorável à Companhia.

b) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2021, existem outros processos de mesma natureza que totalizam R\$1.843 (R\$2.695 em 31 de dezembro de 2020), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto sem constituição de provisão.

c) Processos tributários

Em 31 de dezembro de 2021, existem alguns processos de natureza tributária que totalizam R\$205 (R\$399 em 31 de dezembro de 2020), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 é de R\$687.665 (R\$500.165 em 31 de dezembro de 2020), representados por 687.664.883 (500.164.883 em 31 de dezembro de 2020) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas pertencentes a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

Em 14 de janeiro de 2021 foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$23.000 (vinte e três milhões de reais), mediante a emissão, nesta data, de 23.000.000 (vinte e três milhões) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação.

Em 14 de abril de 2021 foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$43.500 (quarenta e três milhões e quinhentos mil de reais), mediante a emissão, nesta data, de 43.500.000 (quarenta e três milhões e quinhentos mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação.

Em 14 de maio de 2021 foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$7.000 (sete milhões de reais), mediante a emissão, nesta data, de 7.000.000 (sete milhões) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação.

Em 14 de julho de 2021 foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$54.000 (cinquenta e quatro milhões de reais), mediante a emissão, nesta data, de 54.000.000 (cinquenta e quatro milhões) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação.

Em 29 de setembro de 2021 foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$5.000 (cinco milhões de reais), mediante a emissão, nesta data, de 5.000.000 (cinco milhões) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação.

Em 29 de dezembro de 2021 foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$55.000 (cinquenta e cinco milhões de reais), mediante a emissão, nesta data, de 55.000.000 (cinquenta e cinco milhões) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação.

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Reserva de lucros – legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo é de R\$15.338 (R\$12.579 em 31 de dezembro de 2020).

c) Reserva de retenção de lucros - orçamento de capital

Constituída nos termos dos artigos 25 e 196 da Lei nº 6.404/76, parágrafo primeiro da Instrução CVM nº 480. O saldo da reserva de orçamento de capital em 31 de dezembro de 2021 é de R\$143.763 (R\$104.453 em 31 de dezembro de 2020).

d) Dividendos propostos

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O montante de dividendos e juros sobre capital próprio pagos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 de R\$9.015 refere-se a: (i) R\$2.666 dividendos remanescentes de 2020; (ii) R\$5.470 juros sobre o capital próprio do exercício de 2021, ambos aprovados na Assembleia Geral Ordinária de 27 de abril de 2021; e (iii) R\$879 de IRRF dos juros sobre o capital próprio (dos R\$5.862 contabilizados) do exercício de 2021. O saldo de R\$12.224 de dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio está registrado no passivo circulante e a Companhia tem a expectativa de pagar o valor em menos de doze meses.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro líquido do exercício	55.172	38.320
Reserva legal (5%)	(2.759)	(1.916)
Base de cálculo dos dividendos	<u>52.413</u>	<u>36.404</u>
Proposta da Administração:		
Juros sobre capital próprio	(5.862)	(6.435)
Orçamento de capital	(39.310)	(27.303)
Dividendos mínimos obrigatórios	(7.241)	(2.666)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22. RECEITA LÍQUIDA

Política contábil

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

	31/12/2021	31/12/2020
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	95.597	100.878
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	214.968	167.038
Vale-pedágio	14.906	8.604
Outras	286	380
	<u>325.757</u>	<u>276.900</u>
Receita de construção (b)	55.659	33.730
Receitas acessórias (c)	12.095	11.079
	<u>393.511</u>	<u>321.709</u>
Deduções da receita bruta (d)	(29.282)	(24.946)
Receita líquida	<u>364.229</u>	<u>296.763</u>
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Base de cálculo de impostos</u>		
Receitas com arrecadação de pedágio	325.757	276.900
Receitas acessórias	12.095	11.079
	<u>337.852</u>	<u>287.979</u>
<u>Deduções</u>		
Cofins (3%)	(10.136)	(8.639)
PIS (0,65%)	(2.196)	(1.872)
ISS (5%)	(16.879)	(14.380)
Abatimentos	(71)	(55)
	<u>(29.282)</u>	<u>(24.946)</u>

- (a) Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.
- (b) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o Contrato de Concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um Contrato de Concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.
- (c) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, por exploração da faixa de domínio das rodovias como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, implantação e concessão de acessos, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos no contrato de concessão.
- (d) Sobre a receita de construção não há incidência de tributos.

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal	28.271	24.524
Conservação e manutenção	8.568	7.053
Serviços de terceiros (*)	50.034	44.536
Seguros	1.371	1.312
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 19)	5.068	4.320
Provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 17)	6.527	20.841
Custo de construção de obras	55.659	33.730
Depreciações e amortizações (vide Notas Explicativas nº 10 e 11)	47.873	33.297
Locação de imóveis e máquinas	331	453
Outros custos e despesas operacionais	11.971	8.025
	<u>215.673</u>	<u>178.091</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	192.789	157.448
Despesas gerais e administrativas	22.884	20.643
	<u>215.673</u>	<u>178.091</u>

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e outros.

24. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	3.348	2.554
Variação monetária sobre créditos fiscais	24	26
Outras receitas financeiras	35	200
	<u>3.407</u>	<u>2.780</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures	(15.150)	(23.433)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(3.270)	(5.538)
Juros sobre debêntures privadas	(16.153)	(9.879)
Variação monetária sobre debêntures	(17.384)	(11.858)
Amortização de custos das debêntures	(1.143)	(1.320)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	(1.651)	(840)
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção	(8.537)	(7.711)
Juros capitalizados	1.961	696
Juros sobre contrato de mútuo	(8.735)	(6.034)
Juros sobre arrendamentos CPC 06 (R2)	(70)	(103)
Pis/Cofins sobre outras receitas financeiras	(188)	(300)
Atualização monetária sobre obrigações fiscais	(1.310)	(599)
Outras despesas financeiras	(283)	(188)
	<u>(71.913)</u>	<u>(67.107)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(68.506)</u>	<u>(64.327)</u>

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

25. LUCRO POR AÇÃO

a) Lucro básico

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro do período atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico e diluído por ação	55.172	38.320
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico e diluído por ação	584.544	496.485
Lucro básico e diluído por ação das operações continuadas	<u>0,09</u>	<u>0,08</u>

b) Lucro diluído por ação

A Companhia não possui dívida conversível em ações.

26. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que suas controladas possam manter com suas atividades normalmente, bem como maximizar o retorno a todas as partes interessadas, ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados.

Índices de endividamento

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Dívida (a)	526.912	656.693
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras - conta reserva - vinculados	(113.351)	(71.301)
Dívida líquida	<u>413.561</u>	<u>585.392</u>
Patrimônio líquido (b)	847.252	617.683
Índice de endividamento líquido	<u>0,49</u>	<u>0,95</u>

(a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, debêntures, arrendamentos a pagar e obrigações com Poder Concedente circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas Explicativas nºs 13, 14, 15 e 19.

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como custo amortizado.
- Aplicações financeiras e aplicações financeiras - conta reserva: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa, operações compromissadas remunerados a taxa média ponderada de 100,9% do CDI em 31 de dezembro de 2021, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços (124,4% do CDI em 31 de dezembro de 2020).
- Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos, arrendamentos a pagar, debêntures e obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, mensurados pelo custo amortizado.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 30 de setembro de 2021 são como segue:

	<u>Classificação</u>	<u>Saldo contábil</u>	<u>Valor justo</u>
Ativos:			
	Valor justo através do		
Caixa e bancos (ii)	resultado	1.311	1.311
Clientes (i)	Custo amortizado	21.686	21.686
Aplicações financeiras e aplicações financeiras - conta reserva (ii)	Valor justo através do resultado	116.170	116.170
Passivos:			
Fornecedores (i)	Custo amortizado	8.349	8.349
Empréstimos e financiamentos (iii)	Custo amortizado	32.553	26.302
Debêntures (iii)	Custo amortizado	491.482	455.719
Arrendamentos a pagar (iii)	Custo amortizado	2.370	2.370
Obrigações com Poder Concedente (iii)	Custo amortizado	507	507
<i>Phantom Stock Option</i> (iv)	Custo amortizado	28	28

- (i) Os saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras aproximam-se do valor justo na data do balanço.
- (ii) Os saldos de clientes e fornecedores possuem prazo de vencimento em até 45 dias, portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.
- (iii) Os empréstimos e financiamentos, arrendamentos a pagar, debêntures e obrigações com Poder Concedente estão registrados ao custo amortizado na data do balanço.

Gestão de riscos

A estratégia de gestão de riscos envolve três linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico	Político, fusões e aquisições, poder concedente/contratual, concorrência;
Operacional	Capex, desastres naturais, processos, segurança rodoviária, segurança patrimonial, tráfego, condições climáticas, saúde e segurança, meio ambiente, engenharia, tecnologia da informação, tecnologia de automação e infraestrutura;
Financeiro	Índices financeiros, crédito, liquidez e câmbio;
Compliance	Ética empresarial, regulamentação, normas internas e casos de não conformidade; e
Reputacional	Imagem, credibilidade e reputação.

No Grupo Ecorodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens Nível Macro (Gestão Holística e Estratégica) e Nível Micro (Gestão individualizada e Operacional).

A estratégia formulada pelo Grupo Ecorodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamenta no princípio de que essa se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares:

- Gestão holística, que visa a compreensão integral dos riscos, ou seja, considera o potencial impacto de todos os tipos de risco sobre todos os processos; e
- Gestão individualizada, que contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, validação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de risco.

A Gestão Holística - Nível Macro - tem foco estratégico e é executado na esfera da Alta Direção onde se concentram as alçadas, as informações e os recursos necessários para análise e tomada de decisão. A metodologia empregada neste nível de gestão de riscos tende a variar segundo o setor de atuação e a estrutura organizacional existente, sendo assim desenvolvida internamente.

A Gestão Individualizada - Nível Micro - tem caráter operacional e é realizado predominantemente por demais colaboradores da empresa no seu cotidiano, através de medidas pautadas por ações preventivas frente às possíveis ameaças.

Com relação a avaliação de riscos consideramos a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos.

As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Imagem, Estratégico, Operacional, Financeiro, Compliance e Reputacional.

No Grupo Ecorodovias efetuamos a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo:

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido às variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de juros.

(i) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre da possibilidade de sofrerem redução de ganhos ou aumento das perdas por consequência de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

Instrumentos financeiros, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes.

Afim de mitigar os riscos de crédito a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$13.421 (R\$11.243 em 31 de dezembro de 2020), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Contas a receber".

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados,

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Debêntures	115.917	22.665	-	-
Debêntures Privadas	39.016	13.219	14.780	108.239
Debêntures Privadas BNDES	60.755	24.918	27.874	233.934
BNDES	7.850	5.828	3.983	1.885
BNDES	6.995	6.502	1.807	1.670
Arrendamento a Pagar	2.358	12	-	-
	<u>232.891</u>	<u>73.144</u>	<u>48.444</u>	<u>345.729</u>

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$37.383 (ativo circulante de R\$147.863 e passivo circulante de R\$185.246), principalmente decorrente de debêntures de curto prazo. A Administração avaliou a capacidade de liquidação das obrigações de curto prazo da Companhia, e concluiu sobre a capacidade de continuidade operacional em função da geração de caixa prevista para os próximos 12 meses, renegociação de dívidas e alongamento do prazo para pagamento.

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do período.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, do IPCA e do TJLP, principais indicadores das debêntures, empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras contratados pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros sobre aplicações financeiras (a)	Alta do CDI	6.231	7.789	9.347
Debêntures (a)	Alta do CDI	(109.344)	(120.508)	(131.684)
Debêntures (b)	Alta do IPCA	(11.022)	(11.162)	(11.302)
Empréstimos e financiamentos (b)	Alta do IPCA	(1.598)	(1.998)	(2.397)
Empréstimos e financiamentos (c)	Alta da TJLP	(1.033)	(1.498)	(2.044)
Juros a incorrer, líquidos		<u>(116.766)</u>	<u>(127.377)</u>	<u>(138.080)</u>

(*) Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicador	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
CDI (a)	11,65%	14,56%	17,48%
IPCA (b)	3,88%	4,85%	5,82%
TJLP (c)	4,85%	6,06%	7,28%

Fonte: Relatório da Consultoria 4E – Dezembro/2021

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

27. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota Explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

c) Transações que não envolvem caixa

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia realizou as atividades de investimento, abaixo destacadas, que não envolveram caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Transação	31/12/2021	31/12/2020
Direito de uso – CPC 06 (R2)	3.289	2.178

28. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e de receitas acessórias relacionadas a exploração da rodovia e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.